

PROPOSTA PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEPÇÕES AMBIENTAIS DE ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS

PROPOSAL FOR THE IDENTIFICATION OF ENVIRONMENTAL CONCEPTIONS IN ENVIRONMENTAL ORGANIZATIONS

*José Kennedy Lopes Silva**

*Osmar Siena***

RESUMO

Pesquisas sobre concepções ambientais em organizações ambientalistas são consideradas incipientes. A compreensão dessas concepções requer o estabelecimento de suas relações com compromissos ideológicos e teorias de base que as sustentam. Este trabalho discute um arcabouço que serve de orientação básica para pesquisa empírica sobre concepções ambientais e como elas podem ser identificadas em organizações ambientalistas. A proposta foi estabelecida a partir da experiência de investigação realizada em três organizações situadas na região amazônica. O suporte teórico contempla discussão sobre as principais concepções ambientais identificadas na literatura e os compromissos ideológicos de ambientalistas e as teorias de base a elas associadas. O modelo proposto para estudos empíricos de concepções ambientais sugere a realização de estudos de casos múltiplos, pois amplia as possibilidades de validação por meio de triangulação.

Palavras-chave: Organizações Ambientalistas. Concepções Ambientais. Modelo.

ABSTRACT

Researches about environmental conceptions in environmental organizations are considered incipient. Understanding these conceptions requires the establishment of their relationships with the ideological commitments and the basic theories that support them. This paper discusses a framework that can be used as a basic guideline for an empirical research on environmental conceptions and how they can be identified in environmental organizations. The proposal here presented was established from

Manuscript first received / Recebido em: 23/08/2016 / Manuscript accepted / Aprovado em: 14/12/2016

* Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia (PPGMAD/UNIR). Professor do Departamento de Administração do Campus de Vilhena da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: kennedysilv@gmail.com.

** Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Programa de Pós-graduação Mestrado em Administração da Universidade Federal de Rondônia (PPGMAD/UNIR).E-mail: osmar_siena@uol.com.br

the experience carried out in three organizations located in the Amazonia region. The theoretical bases include the discussion of key the environmental conceptions identified in the literature and the ideological commitments and the basic theories associated to these conceptions. The proposed model for empirical studies on the environmental conceptions suggests the use of multiple case studies, once this method increases the possibilities of validation through the triangulation.

Keywords: *Environmental Organizations. Environmental Conceptions. Model.*

1 INTRODUÇÃO

Devido a diversos fatores de deterioração e degradação ambiental, intensificada pela revolução industrial, grandes guerras mundiais e globalização, a defesa da natureza por parte de ambientalistas tem sido ponto importante para diminuir as tensões e melhorar o diálogo entre a sociedade, poder público e setor privado. Ativistas e organizações ambientalistas contribuem para a busca de maiores índices de qualidade de vida da população nos países que sofrem com problemas sociais e ambientais e carecem de investimentos de políticas públicas.

As organizações ambientalistas são caracterizadas como entidades privadas com fins públicos, sem fins lucrativos, e que aceitam voluntários que atuam em comunidades com problemas ambientais, os quais procuram realizar as articulações políticas para a interação do poder público e comunidade local (PIGNATTI, 2005). Esse conceito pode ser utilizado para todas as organizações ambientalistas, independentemente de sua nacionalidade e tamanho.

As organizações ambientalistas surgiram no final do século XIX para contrapor à degradação ambiental oriunda da Revolução Industrial (SILVERSTEIN, 1993). Dias (2009) expõe que, já na década de 1960, as organizações ambientalistas, mesmo com recursos escassos e pouca estrutura, já se destacavam nos debates em prol do meio ambiente, provocando atenção da sociedade e de políticos para a preocupação com o uso indevido dos bens naturais pelas indústrias. No primeiro momento, final do século XIX, é evidenciado o caráter protecionista da terra pelo fato dos membros dessas organizações serem jovens herdeiros de atividades poluidoras. No segundo momento, início da década de 1960, já existe uma preocupação coletiva da sociedade com o meio ambiente, quando as organizações ambientalistas se pautam nas ações de interesse das comunidades que sofrem alterações causadas pela degradação ambiental oriundas das indústrias e dos novos modos de produção (BERNARDES; FERREIRA, 2005). Essas reações ao impacto industrial, das mudanças do modo de produção e das atividades agrícolas no ambiente dão origem às diversas organizações ambientalistas que procuram sensibilizar a opinião pública para as causas ambientais.

A participação de diversos grupos de movimentos sociais que emergiram a partir das décadas de 1970 e 1980, contribuiu também para a organização e surgimento das organizações ambientalistas no Brasil. Destacam-se o fortalecimento e articulação entres os movimentos sociais dos seringueiros, dos sem-terra, indígenas, hippies, feministas, de quilombos, minorias étnicas entre outros, além da influência da liderança em vida, e seu legado após a morte, de Chico Mendes (GABEIRA, 1987; GONÇALVES, 2004; SILVA, 2004; SANTILLI, 2005).

As organizações ambientalistas se articulam em torno de bandeiras ideológicas distintas que podem ser supranacionais e globais. Não há uma agenda única nessas organizações; seus propósitos são de orientações políticas e de diversas visões (DIAS, 2009). São importantes para sociedade por contribuírem para a transmissão do conhecimento técnico e científico para as comunidades às quais prestam serviços. Ao permitir avanços, essas organizações propagam descobertas e incentivos de modo que pesquisadores e estudiosos busquem outras possibilidades de desenvolvimento para

comunidades, o que ajuda também o agente político tradicional a enfrentar a crise ecológica global, pois elas desenvolvem pesquisas e projetos para o desenvolvimento sustentável e, por consequência, para a sustentabilidade (FERREIRA, 1999). Essas organizações são relevantes para a prática e desencadeamento das políticas de desenvolvimento sustentável, sobretudo porque militam e participam ativamente da construção de estratégias, estudos e práticas ambientais, cujo ensejo é de diminuir a degradação ambiental e/ou recuperar as áreas degradadas.

As organizações ambientalistas também têm como propósitos orientar as ações governamentais, das empresas e comunidades sobre o trato com o meio ambiente. Nesse sentido, essas organizações são caracterizadas como grupo de interesse em diversos fatores, econômico, social, político, ambiental entre outros para as melhorias do desempenho ecológico e políticas de sustentabilidade (CÂMARA, 2013). Essas organizações, em parcerias com movimentos sociais, empresas, fundações públicas e privadas e o poder público, atuam com a intenção de sensibilizar a população para o apoio às causas da natureza.

Na composição das organizações ambientalistas há diversas formas, visões e objetivos referentes ao meio ambiente que as diferem umas das outras. Essas visões podem ser consideradas como concepções ambientais que, em síntese, referem-se ao pensamento sobre as diversas posturas e questões ambientais. Neste sentido, concepções ambientais se constituem como linhas de pensamento que expressam visão de mundo e fornecem orientações para atuação de indivíduos, grupos e organizações. Pressupõe-se que as concepções ambientais fomentam e direcionam as estratégias das organizações ambientalistas. Por isso, é importante compreender as concepções ambientais que norteiam suas atividades e gestão para dialogar com esses parceiros. Identificar e compreender essas concepções, como se manifestam, parece ser importante para entender a gestão, modos de atuação e práticas desses tipos de organizações. No entanto, a literatura sobre estas questões das organizações ambientalistas é escassa, apesar de farta literatura sobre a importância e atuação das organizações não-governamentais e sobre correntes ambientais de movimentos e grupos sociais (SILVA; SIENA, 2014). A identificação dessa lacuna motivou a busca do objetivo deste trabalho: propor um modelo de análise a respeito das concepções ambientais de organizações de caráter ambientalista que sirva de referência para pesquisa empírica.

No Brasil, as discussões sobre concepções ambientais são pautadas pelas ideias defendidas por Diegues (1998; 2000); nos estudos sobre a justiça ambiental nos de Martínez-Alier (2007) e de Acelrad (2010), além das visões de Viola (1987; 1992) sobre compromissos ideológicos e de Leff (2002; 2004; 2006) sobre teorias de base que sustentam a compreensão das concepções ambientais. No entanto, há pouco diálogo entre os autores quando o foco são organizações ambientalistas e suas respectivas vertentes ambientais. Por isso, este estudo pode ser considerado uma aproximação visando estabelecer esse entrelaçamento.

2 CONCEPÇÕES AMBIENTAIS, COMPROMISSOS IDEOLÓGICOS E TEORIAS DE BASE

Em reação à degradação ambiental e à crise ecológica surge o ambientalismo que tem como propósito atual entender essas consequências e transformações em articulação com as associações camponesas, de operários, quilombolas, classe média urbana e com os povos indígenas. Por meio dessa articulação, o movimento ambientalista participa do processo de recondução social em conjunto com às organizações não-governamentais (ONGs) e, principalmente, às organizações ambientalistas por meio de estratégias políticas discutidas com a sociedade e Estado (KISHINAMI, 1997; LEFF, 2008).

Boeira (2015) apresenta as diversas concepções e tipos de ambientalismo discutidos por diversos autores tais como: Pádua, Viola, Leis, Crespo, Leitão, o que permite autor corroborar com a

proposta dos estudos de Viola (1987; 1992) sobre a complexibilidade e variedade do ambientalismo e o que essa diversidade de linhas e pensamentos implica em suas pesquisas e avanços, não apenas por uma perspectiva acadêmica como também histórica. Assim, a criação de organizações ambientalistas com características profissionais é reflexo da multissetorialização e complexibilidade do movimento ambiental, que provocou inovação do ecologismo brasileiro e do qual surgem organizações públicas, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989, como respostas do governo às críticas internacionais sobre a política ambiental nacional.

Para compreender as características de organizações ambientalistas é fundamental ter presente a forma como o movimento ambiental se consolida ao longo do tempo. No quadro 1 é apresentada síntese do processo histórico do movimento ambientalista.

PERÍODO	FATOS	CARACTERÍSTICAS
Até o século XVI	Construção do pensamento ambientalista	Desenvolvimento da agricultura e mudanças no estilos de vidas das pessoas.
Século XVII e XVIII	Princípio da influência socialista e ambientalista	Questionam as transformações da Revolução Industrial.
Século XIX	Crescimento de Grupos ambientalistas	Compostos por latifundiários, influenciados pelo pensamento ambiental romântico.
Início século XX	Crescimento econômico em detrimento as questões ambientais	Devido a Revolução Industrial e as duas grandes guerras mundiais o ambientalismo cresceu na Europa e América do Norte.
1920-1970	Legislação ambientalista no Brasil	O ambientalismo brasileiro é desenvolvido em territórios urbanos e por medidas legislativas para o aumento da consciência ambiental.
Década de 1960 e 1970	Ebulição da agenda ambiental	O livro “Primavera Silenciosa”, o “Clube de Roma”, a assembleia geral da ONU e a “Estocolmo 1972” difundiram a agenda ambiental em todo o mundo, o que acarretou no surgimento de diversas organizações ambientalistas e o “novo ambientalismo”.
Década de 1980	Ecologismo dos movimentos sociais	Período de fortalecimento do movimento sindical e social por meio de partidos políticos “verdes” e organizações sociais, o que resultou em um ambientalismo combativo e denunciador.
Década de 1990	Consolidação política do movimento ambientalista	O movimento ambientalista se aproxima das comunidades por meio de grandes eventos e da globalização. O movimento ambientalista e a discussão ambiental se tornam estratégicas nas agendas públicas dos países. No Brasil o movimento ambientalista se torna multissetorializado e plural.
A partir do final da década de 1990	Movimento social	O ambientalismo se transforma em movimento social com a criação de fóruns de ONGs que pautam os debates sobre políticas públicas voltadas para o meio ambiente.

Quadro 1 - Síntese do processo histórico do movimento ambientalista.

Fonte: Dias, 2009; Diegues, 1998; 2000; Gohn, 2011; Viola & Vieira, 1992; Zhouri, 2006. (Adaptado pelos autores)

As discussões ambientalistas a partir dos objetivos que lhe deram origem - e são ao mesmo tempo consequências – têm como fundamentos as várias concepções ou correntes ambientais, aqui entendidas como orientação, visão ou pensamento de atores sociais, órgãos públicos, organizações ambientalistas, entre outros segmentos, sobre as diversas posturas existentes nas práticas e discussões ambientais (MENEZES, 2008), surgidas a partir dos enfoques da relação ser humano/natureza. A necessidade das organizações ambientalistas terem objetivos semelhantes em sua filosofia e política ambiental é percebida como uma ação nos estudos sobre teoria do movimento ambiental. Organizações ambientalistas orientadas pela articulação com os movimentos sociais faz com que as concepções ambientais sejam trabalhadas e, assim, guiem os seus objetivos estratégicos (CARMIN; BALSER, 2002). Pressupõe-se que essas organizações assumam, explícita ou implicitamente, concepção ambiental para lhes propiciam certa coerência ao diagnosticar problemas e buscar soluções.

Para Diegues (1998) as principais concepções ambientais que guiam as ações das organizações ambientalistas são a: preservacionista, conservacionista, sustentabilista e socioambientalista. Martínez-Alier (2007) divide as concepções em: “culto ao silvestre”; ecoeficiência; justiça ambiental e/ou ecologismo dos pobres.

O preservacionismo defende a preservação da natureza sem a ação do homem; a principal estratégia é a busca pela manutenção da biodiversidade, independente das necessidades das pessoas para o uso dos bens naturais; defesa da natureza intocada para garantias de continuação das espécies da fauna e flora (DIEGUES, 1998; 2000; GÓMEZ-POMPA; KAUS, 2000; CUNHA; COELHO, 2005;).

O conservacionismo defende a guarda de recursos naturais para as gerações futuras, ou seja, é a procura da relação harmônica entre homem e natureza para o desenvolvimento sustentável (GADOTTI, 2006). Por isso, até pela ambiguidade desta posição, há divergências entre os estudiosos sobre o tema. Cunha & Coelho (2005) informam que o diagnóstico da crise ambiental avistada pelos conservacionistas é semelhante à dos preservacionistas, porém com diferentes estratégias para as políticas de preservação ambiental. As diferenças entre os preceitos conservacionistas e preservacionistas são representadas por linhas tênues, mas a principal questão reside no fato dos conservacionistas serem mais abertos às interações de parceiros externos, como comunidades, agentes políticos e organizações para a discussão dos problemas ambientais. O mais importante a delinear sobre essa concepção é sua abertura para a interação das pessoas com a natureza.

Martínez-Alier (2007) discute a concepção ambiental “culto ao silvestre”, que tem como premissa cuidar das reservas de fauna e flora, mas não rejeita o crescimento econômico, apontando apenas uma ação de retaguarda para os bens naturais.

A concepção sustentabilista tem como valor primordial a atenção para com os fatores tecnológicos que possam causar crescimento econômico, de modo que se permita diminuir problemas causados pela industrialização, pela agricultura e crescimento urbano nas cidades. Vertente ambientalista que busca o alinhamento entre tecnologia e meio ambiente para o alcance da sustentabilidade (MENEZES; SIENA, 2010), cujas orientações ambientais procedem da ecoeficiência discutida por Martínez-Alier (2007), sendo, portanto, semelhantes à modernização ecológica tratada por Lenzi (2006), para quem essa modernização é a dimensão sociológica que permite a interação entre a economia e ecologia com a participação do Estado.

Surgido da interação dos ambientalistas com movimentos sociais, o socioambientalismo, dentre outras perspectivas, tem a preocupação com a proteção ambiental. É a vertente ambiental que foi construída com base em políticas públicas que concentram uma maior aproximação com os movimentos sociais e comunidades locais a partir de uma relação harmônica entre as pessoas e a natureza, com apoio da participação democrática na gestão de territórios naturais. (VIOLA, 1992; DIEGUES, 1998). Essa interação resultou no fortalecimento das questões ambientais, na maior

participação da população para o debate ambiental e social, principalmente nas regiões periféricas e mais degradadas do país como a Amazônia Legal e Nordeste. A ecoeficiência, que defende o crescimento econômico, porém não a qualquer custo, preocupa-se com ações tecnológicas da indústria e da agricultura moderna e tem como principal característica acreditar no “desenvolvimento sustentável” por meio da boa utilização dos recursos. As características da ecoeficiência se enquadram como sustentabilista, por essa razão, neste trabalho, essa corrente será tratada e analisada como parte da concepção sustentabilista.

A justiça ambiental e/ou ecologismo dos pobres pauta-se pela preocupação social com as minorias, como indígenas, extrativistas, camponeses e pela preocupação com a biodiversidade e o racismo ambiental. Essa concepção é um movimento social que surgiu nos EUA devido a poluição urbana cometidas pelas indústrias (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Acsehrad (2010), explica justiça ambiental como sendo uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura e dos direitos entre as minorias.

Com base em Viola (1987; 1992) parece ser possível associar as concepções ambientais a quatro compromissos ideológicos do movimento ecologista: ecofundamentalista; ecorrealista; ecossocialista e ecocapitalista. Compromisso ideológico é a posição defendida pelo indivíduo, entidade pública e/ou organização ambientalista dentro do movimento ambientalista, na teoria ecologista e perante à sociedade (VIOLA, 1987). Boeira (2015) relata que os fatores permeados pelos quatro compromissos ideológicos discutidos por Viola não são suficientes para as diversas características dos pertencentes ao movimento ecológico nacional, porém podem ser reconhecidas como apropriadas para os estudos das organizações, inclusive as ambientalistas e suas concepções ambientais.

Os ecologistas fundamentalistas acreditam na construção de uma sociedade alternativa e desconsideram quaisquer possibilidades de transformação da sociedade atual. São pessimistas, pautam-se no radicalismo ecológico e da ecologia profunda e acreditam que a sociedade destruirá a Terra; ignoram a composição política e econômica, o que resulta nas dificuldades de diálogo com a sociedade e por isto esta posição ideológica não tem respaldo fora dos entes políticos ambientais (VIOLA, 1987a). Este compromisso influencia a concepção preservacionista e “culto ao silvestre”.

Os ecologistas realistas defendem a construção da sociedade em interação com a natureza baseada em comunidades autogeridas por meio de um sistema social seguro que não se alinham às tradições liberais e socialistas (VIOLA; VIEIRA, 1992; ARRUDA; PELEGRINI, 2005). Este compromisso está associado à concepção sustentabilista.

A posição ecossocialista é favorável ao socialismo e à destruição do sistema capitalista que, segundo seus aderentes, é o principal responsável pela agressão ao meio ambiente. Para Viola (1987a), esse compromisso é o mais radical de todos, pois seus adeptos são favoráveis à ruptura com a sociedade capitalista e contam com orientações marxistas, cujas teorias, ainda que heterodoxas, são fundamentais para a construção do pensamento ecossocialista.

Oposto ao pensamento ecossocialista está o ecocapitalismo, que defende o mercado como alocador de recursos e coloca o bem-estar social em detrimento ao ecológico. Os adeptos desse compromisso apresentam, em comparação com as demais posições ecológicas, uma visão otimista para o futuro. Os ecocapitalistas são a ponte entre o movimento ambiental e os atores politizados e os ecossocialistas fazem a ligação com os setores operários, pequenos setores rurais, populares e urbanos, nesses dois últimos casos acompanhados pelos ecologistas realistas; a classe média é um ponto de disputa entre os ecocapitalistas e os ecologistas realistas (VIOLA, 1987a).

Os problemas ambientais também ensejaram à discussão de metodologias e a revisão dos fundamentos de várias disciplinas que auxiliam na compreensão de concepções ambientais e o próprio conceito de meio ambiente. Surge, então, a discussão sobre orientação epistemológica para a

produção de novos conceitos e princípios para o desenvolvimento sustentável e o manejo dos recursos naturais (LEFF, 2002). Assim, Leff (2002; 2004; 2006; 2008) propõe que as concepções ambientais sejam compreendidas por meio do conhecimento da racionalidade ambiental e “saber ambiental” por meio dos estudos de três teorias: concepção socioeconômica em Marx, do conceito de racionalidade de Weber e do conceito de saber ambiental de Foucault.

A racionalidade ambiental discutida em Weber são categorias balizadoras para as estratégias conceituais que constroem as relações entre teoria e prática das organizações ambientalistas e apresentam alguns desafios, posto que é preciso: a) analisar a participação democrática do movimento ambientalista; b) investigar o discurso ambientalista e seus impactos; c) explicar as estratégias do movimento ambientalista para a prática do discurso ambientalista e seus princípios da racionalidade dominante e; d) observar o grau de internalização dos princípios ambientais nos direitos culturais em uma perspectiva multiétnica (LEFF, 2008).

A racionalidade ambiental possibilita ampliar as expectativas para as soluções originadas pela degradação ambiental, sem uma compreensão da racionalidade ambiental pode-se incorrer na redução de percepção das questões participantes do movimento ambientalista (LEFF, 2002; 2006). Baseado nos estudos de Leff (2002; 2004; 2006; 2008) é possível afirmar que as características e indicadores a serem identificados nas OAs em relação à teoria de base weberiana se baseia na valorização, diversidade, conservação dos recursos naturais e descentralização das riquezas e poder entre os atores por terem de apresentar diversos recursos biológicos, culturais e defender a distribuição financeira e de poder entre os atores participantes.

A teoria socioeconômica de Marx, por sua vez, possibilita a discussão da formação acadêmica, econômica e social e os modos de produção, tendo como premissa os estudos dos processos estruturais da sociedade. Essa base teórica propicia uma formação socioeconômica e ambiental por meio da articulação de processos tecnológicos, culturais e ecológicos com o mercado econômico e órgãos públicos (LEFF, 2002; 2004). Essa base teórica guarda relação com os parâmetros da posição ecossocialista, favorável ao socialismo e à destruição do sistema capitalista, que, segundo seus adeptos, é o principal responsável pela agressão ao meio ambiente.

A concepção foucaultiana do “saber ambiental” compreende a questão ambiental como problema sociológico. Leff (2006) aborda que a questão ambiental abriu novas áreas de pesquisa e novos campos do saber - e do poder no saber - as quais acabam se refletindo em novas estratégias para o desenvolvimento sustentável e pela busca da sustentabilidade.

As perspectivas foucaultianas sobre o “saber ambiental” se baseiam na formação ideológica do ambientalismo ao incorporar os princípios de diversidade cultural, equidade social e sustentabilidade ecológica entre as práticas de desenvolvimento sustentável. Este “saber ambiental” deve ser crítico e propositivo para mobilizar mudanças institucionais do modo operacional da sociedade para com o meio ambiente, deve-se apropriar do uso da inovação de tecnologias limpas e uso dos recursos de autogestão (LEFF, 2002). A partir dessa discussão, é possível elencar as características da teoria de base em Foucault a ser diagnosticada nas OAs como autogestão, valores culturais, respeito a cultura dos povos e admitem correlacionar as transformações econômicas advindas da modernidade com as práticas do ambientalismo.

3 PROPOSTA DE DESENHO DE INVESTIGAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEPÇÕES AMBIENTAIS EM ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS

Para Denzin & Lincoln (2006), a postura construtivista social direciona e impulsiona a investigação qualitativa como procedimento interpretativo de dados. O uso dessa concepção filosófica

possibilita entender os ambientes históricos e culturais dos objetos estudados e, conseqüentemente, de seus participantes. O método qualitativo de acordo com Creswell (2010) é baseado na subjetividade, em que os indivíduos participantes buscam compreender um problema social ou humano, cujos dados são coletados no ambiente de estudo. A adoção da pesquisa qualitativa para identificação das concepções ambientais pode ser feita a partir dos seguintes critérios: identificar nas organizações ambientalistas quais são os seus projetos, público-alvo e perfil de atividades; relação com outros atores sociais; interação com o meio ambiente; aceitação ou não do uso de tecnologias; práticas de inovação/tecnologias limpas; relação com o sistema econômico; a visão sobre a relação com a natureza; a percepção dos atores, poder público, financiadores, público-alvo, entre outros.

O estudo de caso, por sua vez, é um dos planos básicos da pesquisa qualitativa e tem como característica compreender o fenômeno em seu ambiente natural. A pesquisa por meio de diversos casos amplia as generalizações para novas investigações correlacionadas, ou seja, os casos adicionais priorizam uma generalização modificada que expande o conhecimento sobre determinado objeto de estudo (STAKE, 2009; CRESWELL, 2010). Assim, a proposta foi construída a partir de experiência de pesquisa adotando o método de estudo de caso.

Para operacionalização do método de estudos de casos recomenda-se o protocolo de pesquisa, conforme quadro 2.

ATIVIDADES
Revisão da leitura sobre organizações ambientalistas e concepções ambientais, mapeamento das discussões sobre organizações ambientalistas e catalogação das principais concepções ambientais.
Definição das unidades de caso a serem investigadas.
Identificação dos coordenadores responsáveis das organizações, contato por e-mail e telefone para apresentação da proposta de pesquisa e obtenção da autorização formal para realizar as pesquisas de campo.
Definição das estratégias e técnicas de coleta e análise de dados apropriada e estabelecimento dos instrumentos de coleta de dados.
Elaboração do plano de amostragem, delineamento, formatação do roteiro de entrevista, identificação e seleção da amostra dos membros a serem entrevistados nas organizações ambientalistas.
Entrevista aos coordenadores das organizações ambientalistas, observação das atividades realizadas e análise dos documentos formais das organizações ambientalistas.
Construção de banco de dados para armazenamento das respostas obtidas pelos sujeitos participantes.
Uso de planilha ou sistema de processamento de dados para a seleção dos principais dados coletados nas entrevistas, observação-participante e análise documental para preparar a escritura das análises dos resultados.
Triangulação dos dados obtidos por meio dos instrumentos de coletas, análise das características e indicadores de cada concepção, compromisso e teoria de base.
Registros das situações observadas nas atividades, documentos e entrevistas para interpretar e inter-relacionar os dados coletados que identificam as concepções, compromissos e teorias de base.
Análise dos dados e interpretação dos resultados. Validação com os representantes das organizações.

Quadro 2 - Protocolo de Pesquisa.

Fonte: Yin, 2010 (adaptado pelos autores).

A partir das orientações do protocolo de pesquisa discutido por Yin (2010), seguir os procedimentos e estratégias para efetivação do protocolo de pesquisa e condução da pesquisa de identificação das concepções ambientais. A adoção do estudo de caso requer várias fontes e estratégias

de coleta e análise de dados: identificação e leitura dos principais documentos da organização; análise de conteúdo dos documentos; entrevistas com lideranças da organização e com representantes dos atores que relacionam com a mesma; observação participante visando identificar, entre outras questões as tecnologias utilizadas nas atividades, o discurso verbal e as características de gestão. As dificuldades de utilizar essas estratégias de pesquisa são a possibilidade de falta de documentos nas organizações que permitam uma análise adequada, participar de atividades práticas e assim observar as ações de forma direta e realizar entrevistas com pesquisados que contenham pouco conhecimento sobre as questões em estudo.

A partir do diálogo com teóricos sobre concepções ambientais foi possível estabelecer as bases e as estratégias para pesquisa empírica sobre concepções ambientais em organizações ambientalistas, a influência dos compromissos ideológicos e teorias de base em sua identificação. No quadro 3 é apresentado uma tipologia para estudos de concepções ambientais.

AUTORES	VISÃO	CONCEPÇÕES AMBIENTAIS
Diegues (1998; 2000) Martínez-Alier (2007)	Sociológica Ecológica Social	Preservacionista. “Culto ao Silvestre” . Conservacionista. Sustentabilista. Socioambientalista; Ecologismo dos Pobres e/ou Justiça Ambiental.
AUTORES	VISÃO	COMPROMISSOS IDEOLÓGICOS DAS CONCEPÇÕES AMBIENTAIS
Viola (1987; 1992)	Ideológica	Ecofundamentalista. Ecorrealista. Ecossocialista. Ecocapitalista.
AUTORES	VISÃO	TEORIAS DE BASE DAS CONCEPÇÕES AMBIENTAIS
Leff (2002; 2004; 2006; 2008)	Epistemológica	Racionalidade Ambiental. Conceito de Saber Ambiental. Teoria Socioeconômica.

Quadro 3 – Concepções Ambientais, Compromissos Ideológicos e Teorias de Base.

Fonte: Elaboração Própria.

Para orientar a construção dos instrumentos de coleta e análises de dados, propõe-se a estrutura apresentada no quadro 4.

Para registrar as técnicas e procedimentos e assim realizar a análise e interpretação dos dados, o pesquisador deve anotar suas observações e um diário, codificar todo este processo para que se tenha uma organização adequada para momento de análise das características e indicadores das concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base diagnosticadas. Para entrevistas, construir um roteiro básico e neste sentido é indicado a semiestruturada que para Flick (2009) são perguntas flexíveis que permitem o livre-pensar do entrevistado o que pode ocasionar conforme a experiência do entrevistador conduzir a entrevista de acordo com as questões-bases que ficaram em uma ordem que permita organizar as características das concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base. Na observação por meio da estrutura de pesquisa *in loco*, cedida pela organização para acompanhamento das atividades e reuniões dos membros das organizações. Com o método de observação participante que para Proença (2007) é o método que possibilita ao pesquisador se envolver, participar e conviver com a intenção de interpretar informações e analisar os contextos concomitantemente com o objeto investigado. Com essa estratégia de pesquisa é possível acompanhar com maior afinco a aplicação das entrevistas, revisar os documentos com maior atenção, permitindo o entendimento dos processos das organizações e de seus atores.

Concepções Ambientais		
Tipos	Categorias	Indicadores
Preservacionista “Culto ao Silvestre”	Defesa da natureza em detrimento ao ser humano. Cumprimento da legislação ambiental. Segurança Econômica.	Luta pela natureza preservada; legislação rígida; contrária ao crescimento econômico.
Conservacionista	Relação harmônica Natureza – Mercado – Sociedade.	Valorização da integração da natureza, mercado e sociedade;
Sustentabilista	Uso de Tecnologia. Serviços Ambientais.	Defesa do uso de tecnologias para manejo florestais e avanços em defesa do desenvolvimento sustentável.
Socioambientalista	Inserção das comunidades e parceria com movimentos sociais. Distribuição equitativa de renda.	Aproximação com os movimentos sociais e ambientais. Discussão de projetos que visem a divisão igualitária dos recursos. Gestão compartilhada dos projetos.
Ecologismo dos Pobres e/ou Justiça Ambiental	Diversidade social. Legislação moderada. Direitos ambientais comunitários. Discussão de políticas públicas.	Criação de áreas verdes para comunidades tradicionais. Busca de correções legislativas para injustiças, principalmente em relação aos direitos ambientais das comunidades. Inserção dos povos tradicionais em políticas públicas para acesso aos recursos naturais pelos povos tradicionais e que todos estes grupos sociais sejam beneficiados com estas políticas que propiciam o empoderamento social, econômico e cultural.
Compromissos Ideológicos		
Tipos	Características	Indicadores
Ecofundamentalista	Recusa o diálogo com a sociedade, órgãos públicos e empresários. Pensamento radical sobre o ambientalismo. Visão romântica do ambientalismo.	Evita a participação em reuniões com órgãos públicos, empresários e sociedade.
Ecorrealista	Relação com a sociedade. Crença na autogestão. Noções de Cooperativismo.	Interação com a sociedade por meio de projetos; crença no ambientalismo puro.
Ecosocialista	Posição sobre o sistema econômico. Apoio ao cooperativismo e ao associativismo. Verificação do uso da autogestão. Relação com as agências estatais.	Visão contrária ao sistema capitalista. Práticas de Gestão Participativa; participam de vários projetos com as comunidades.

Quadro 4 – Estrutura para Orientar a Coleta e Análise de Dados sobre Concepções Ambientais nas Organizações Ambientalistas.

Fonte: Elaboração Própria.

Continua Quadro 4

Continuação do Quadro 4

Ecocapitalista	Posição sobre o sistema econômico. Otimismo ecológico. Relação com as agências estatais.	Meio ambiente não corre risco de ser esgotado. Sistema econômico não prejudica o meio ambiente. Interação com as agências estatais.
Teorias de Base das Concepções		
Tipos	Características	Indicadores
Concepção Weberiana (Racionalidade Ambiental)	Valorização da diversidade biológica. Heterogeneidade cultural e pluralidade política. Conservação dos recursos naturais e dos equilíbrios ecológicos. Descentralização da riqueza e do poder.	Apresentação de diversos recursos biológicos e culturais; primazia do uso moderado dos recursos naturais. Distribuição de renda e poder entre os participantes.
Concepção Marxista (Socioeconômica)	Relação com os financiadores. Relação com o público-alvo. Mercado de destino dos produtos ou serviços.	Financiadores participam da gestão da organização. Os atores do público-alvo participam das atividades. Uso dos produtos naturais nas atividades da organização.
Concepção Foucaultiana (Conceito de Saber)	Respeito à cultura e às religiões. Análise do discurso ambiental em relação aos princípios de diversidade cultural e equidade. Formações ideológicas e culturais. Autogestão comunitária dos recursos.	Valorização a cultura e religião dos povos. Compreensão das concepções ambientais. Estrutura de tomada de decisão da organização. Uso de tecnologias que diminuem a agressão ao ambiente e gestão participativa dos recursos.

Quadro 4 – Estrutura para Orientar a Coleta e Análise de Dados sobre Concepções Ambientais nas Organizações Ambientalistas.

Fonte: Elaboração Própria.

Para pesquisa em documentos, sugere-se solicitar aos coordenadores e/ou responsáveis imediatos das organizações documentos que, posteriormente, serão lidos e analisados de maneira a conseguir informações referentes às características das concepções ambientais e, assim, avaliar convergências e divergências com as informações coletadas por outras estratégias. Os principais documentos são: atas de reuniões do conselho administrativo, relatórios anuais, plano de gestão, planos estratégicos, planejamentos de projetos em execução e estatuto, além de outros que possam contribuir para a identificação das concepções.

Nas entrevistas, os entrevistados são sensibilizados por uma explanação inicial do pesquisador sobre o assunto, neste caso especificamente sobre as concepções ambientais. Para as entrevistas com coordenadores responsáveis pela gestão das organizações devem ser agendado horários com os entrevistados durante o período de observação-participante para não prejudicar o andamento das atividades de rotina da organização. As entrevistas podem ser guiadas pela posição e/ou atuação da organização sobre as questões-base apresentadas no quadro 5. As questões foram produzidas com a intenção de facilitar o trabalho de análise e interpretação do pesquisador, este quadro expõe a relação entre cada questão e a concepção, compromisso e ou teoria de base, foco da identificação na resposta do entrevistado.

Questões	Concepções Ambientais	Compromissos ideológicos	Teorias de base
1) Relação entre ser humano e natureza.	Preservacionista; “culto ao silvestre”	Ecofundamentalista	
2) Relação crescimento econômico e os bens naturais.	Preservacionista; “culto ao silvestre”	Ecofundamentalista	
3) Crescimento econômico das comunidades e riscos de degradação.	Preservacionista; “culto ao silvestre”	Ecofundamentalista	
4) Relação entre mercado, natureza e sociedade como harmônica ou como conflitante.	Preservacionista; “culto ao silvestre”; Conservacionista		Racionalidade Ambiental
5) Uso de tecnologias para manejos florestais.	Sustentabilista	Ecorrealista	
6) Tecnologia limpa aplicada na gestão ou atividade da organização.	Sustentabilista		
7) Criação de animais e cultivo de hortaliças e o desenvolvimento sustentável.	Sustentabilista	Ecorrealista	
8) Inserção de comunidades tradicionais em áreas verdes.	Socioambientalista	Ecosocialista	Socioeconômica em Marx
9) Prática da autogestão comunitária dos recursos financeiros, ambientais e tecnológicos.	Socioambientalistas	Ecorrealista	“Saber Ambiental”
10) Prática da religiosidade mística nas comunidades tradicionais.	Ecologismo dos pobres e/ou Justiça Ambiental		
10) Direitos ambientais comunitários e injustiças ambientais.	Ecologismo dos pobres e/ou Justiça Ambiental		
11) Práticas de tecnologias limpas e diminuição da agressão ao meio ambiente.	Ecologismo dos pobres e/ou Justiça Ambiental		

Continua Quadro 5

Continuação do Quadro 5

12) Discurso ambiental e princípios de diversidade cultural, sustentabilidade e equidade social.	Ecologismo dos pobres e/ou Justiça Ambiental Socioambientalista		Socioeconômica “Saber Ambiental”
13) Relação entre os financiadores e a organização.	Preservacionismo “Culto ao silvestre” Ecologismo dos pobres e/ou Justiça Ambiental Socioambientalismo	Ecossocialista; Ecocapitalista	Socioeconômica
14) Relação entre a organização e seu público-alvo.	Preservacionismo “Culto ao silvestre” Ecologismo dos pobres e/ou Justiça Ambiental Socioambientalista	Ecossocialista; Ecocapitalista	
15) Uso de produtos e bens naturais na gestão e atividades da organização.			Racionalidade Ambiental
16) Uso dos recursos biológicos e culturais.			Racionalidade Ambiental
17) Participação de diferentes culturas e pluralidade política dos integrantes da equipe e do seu público-alvo.	Ecologismo dos Pobres e/ou Justiça Ambiental		Saber Ambiental
18) Distribuição da riqueza e do poder entre os atores envolvidos.	Ecologismo dos pobres e/ou Justiça Ambiental Socioambientalista	Ecossocialista	Racionalidade Ambiental
19) Diálogo com a sociedade e órgãos públicos.	Todas	Todos	Todas
20) Pensamento ambiental da sociedade e suas práticas para com o meio ambiente.	Todas	Todos	Todas
21) Participa em projetos com a sociedade.	Todas	Todos	Todas
22) Cooperativismo como forma de interação para a melhoria das atividades voltadas ao meio ambiente.	Socioambientalista	Ecossocialista	Socioeconômica
23) Utiliza-se de práticas de gestão participativa.		Ecossocialista	“Saber ambiental” Racionalidade Ambiental
24) Visão otimista sobre as questões ecológicas.		Ecofundamentalista Ecossocialista; Ecocapitalista	

25) Relação entre sistema econômico e meio ambiente.		Ecofundamentalista Ecosocialista; Ecocapitalista	
26) Interação entre a organização e as agências estatais.	Ecologismo dos pobres e/ou Justiça Ambiental Socioambientalismo	Ecosocialista; Ecocapitalista	Socioeconômica

Quadro 5 – Questões-base para as entrevistas.

Fonte: Elaboração Própria.

Com os dados de cada estratégia de coleta são localizados indicadores das concepções de acordo com a tipologia adotada. Segue-se o protocolo de pesquisa recomendado para estudo de caso e se organiza um banco de dados para realização da análise. Procede-se, ao final, a triangulação dos dados coletados e analisados nas entrevistas, observações e análises de documentos, em consonância com o sugerido por Creswell (2010) e Flick (2009). Cada característica observada é descrita em uma planilha no editor de planilhas do programa Microsoft Excel e também com o uso de softwares de organização e análises qualitativas. Posteriormente as informações são compiladas e, em seguida, realizadas as análises que permitem identificar as concepções ambientais e, a partir disso, gerado relatório com os resultados e discussões.

Para adoção da estrutura aqui discutida, que permite visualizar as categorias e identificar as concepções ambientais nas organizações ambientalistas, que ainda possibilita mapear, analisar e identificar as concepções ambientais apresentadas pelos teóricos que estudam a temática e verificar nestes estudos quais são os indicadores e características que corroboram com as concepções ambientais estudadas, para, posteriormente, verificá-las nas organizações ambientalistas por meio de múltiplas estratégias de pesquisa.

Na figura 1 é apresentada de forma esquemática o processo de organização e triangulação para a coleta e análise de dados.

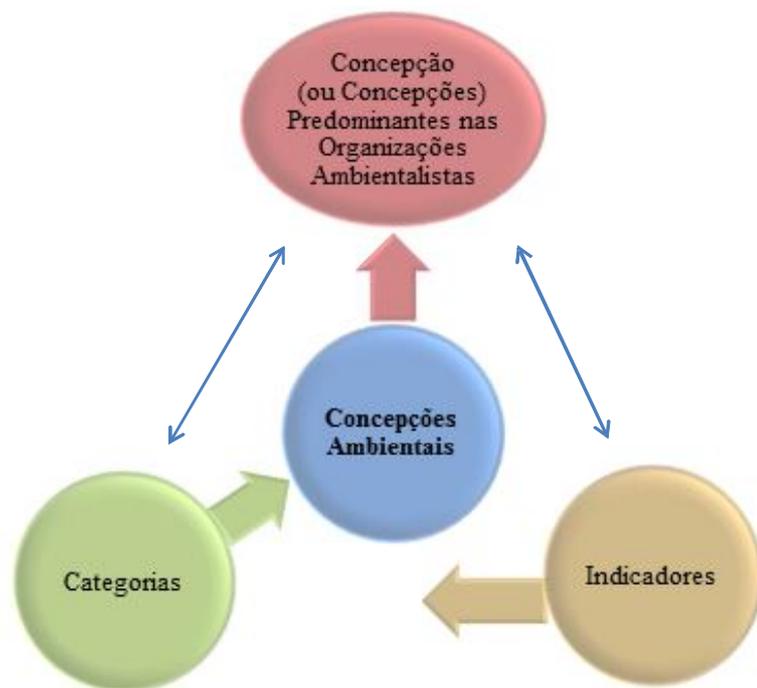


Figura 1- Síntese da Estrutura para Orientar a Coleta e Análise de Dados sobre Concepções Ambientais de Organizações Ambientalistas.

Fonte: Elaboração Própria.

Sugere-se a adoção dessa estrutura de coleta e análise de dados utilizando múltiplas fontes de dados, pois permite comparações e o encontro de maior número de características e indicadores das concepções ambientais.

A partir dessas discussões e aplicação da estrutura de orientação para coleta e análise dos dados é possível identificar as concepções ambientais e suas relações com compromissos ideológicos e teorias que as sustentam. As organizações com indicadores que denotam preservacionismo, “culto ao silvestre”, amparadas pelo compromisso ecofundamentalista são contrárias ao uso da natureza pelo homem; já as organizações ambientalistas que fazem uso da tecnologia e se preocupam com a questão socioeconômica e discussão da construção dos conceitos ambientais com os seus atores sociais são, socioambientalistas, sustentabilistas apoiadas pelo compromisso ecossocialista e pelas, teorias de base socioeconômica de Marx; racionalidade ambiental de Weber ou adeptas do conceito de saber de Foucault; as organizações ambientalistas que buscam a interação com os agentes públicos, defendem uma legislação moderada e apoiam ou aceitam o sistema capitalista são direcionadas pelo compromisso ecocapitalista. Ao adotar uma ou algumas dessas concepções tem implicações tanto no discurso quanto nas decisões sobre as ações empreendidas.

Para decisão sobre a predominância da concepção ambiental, compromisso ideológico e teoria de base, em cada organização, pode ser considerado como critério a presença de indicadores em, no mínimo, duas das três estratégias de pesquisa. Para o conjunto das organizações, o critério pode ser a identificação da presença pelos menos em duas das organizações.

Para ilustrar a apresentação dos resultados pelo modelo proposto, nas figuras 2 e 3 constam as sínteses dos achados de pesquisa realizada em uma organização ambientalista.

Legenda: Socioambientalista – SC
 Justiça Ambiental – JA
 Sustentabilista – ST
 Ecossocialista – ES
 Ecorrealista – ER
 “Saber Ambiental” – SA
 Socioeconômica – SE
 Racionalidade Ambiental - RA

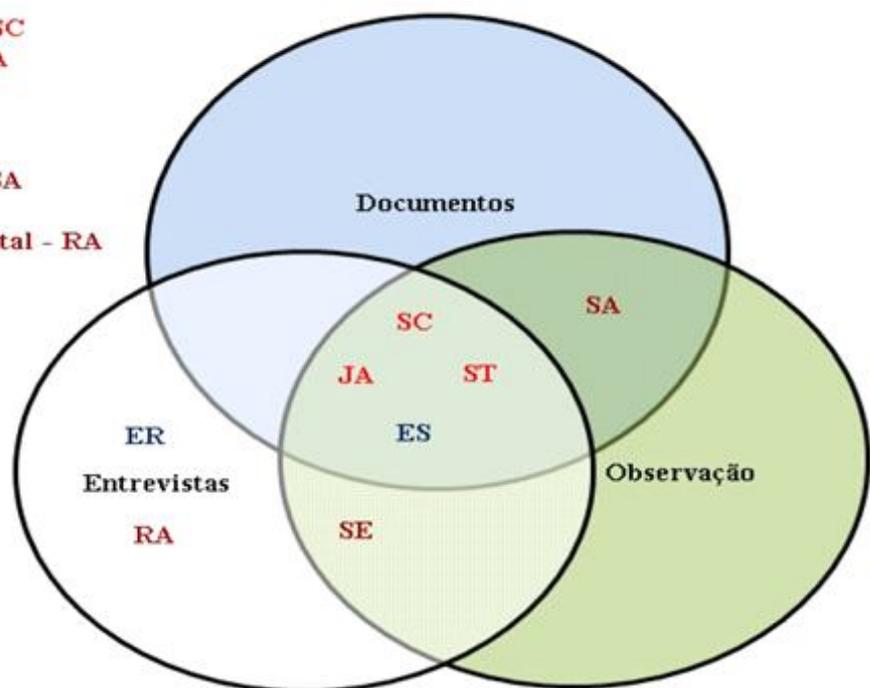


Figura 2 – Exemplo de Ilustração de Resultados: Síntese das concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base identificadas na organização X pelas estratégias de pesquisas realizadas

Fonte: Elaboração Própria.

As concepções ambientais foram identificadas pelas três estratégias de pesquisa utilizadas. No documento release de apresentação da organização, contendo sua missão e os objetivos estratégicos apresenta o seguinte: “Promover avanços no controle social sobre a coisa pública, na justiça ambiental, na economia solidária, na renda básica cidadã, nas políticas afirmativas e na equidade de gênero. Elaborar e difundir metodologias para exigir o cumprimento de direitos como forma de redução das desigualdades” (s.p). São identificados indicadores que indicam a presença da concepção socioambientalista e da justiça ambiental; preocupação com a inclusão social e a importância das políticas públicas.

Destaca-se na identificação da concepção sustentabilista pela entrevista, um dos coordenadores, quando questionado sobre uso de tecnologias para manejos florestais, criação de animais e cultivo de hortaliças para ajudar na defesa do desenvolvimento sustentável, respondeu: “[...] Na agroecologia se desenvolvem diversas tecnologias a partir do olhar e compreensão da realidade do território ou comunidade. A FASE-MT, ao longo dos anos, tem aprofundado o conceito de trabalhar com projetos a base de agroecologia e esta visão tem contribuído na defesa de um desenvolvimento sustentável”. Os entrevistados disseram que a organização utiliza práticas de tecnologia limpa em suas atividades como exemplo a agroecologia.

Na atividade de campo, no assentamento em Araputanga-MT, foi observado na fala de umas das colaboradoras, durante o curso de agroecologia, que a linha de ação da organização que tende a denunciar os impactos do capitalismo, o que remete às indicações sobre as divergências em relação ao atual sistema econômico o que implica a identificação do compromisso ecossocialista. Para coletas de informações desta atividade foi utilizado o protocolo de pesquisa orientado por Yin (2010) com o uso de diários de anotações, gravadores e registro fotográficos para que as informações observadas fossem registradas da maneira mais eficaz possível para posteriormente serem analisadas.

Os entrevistados ressaltaram essa característica da organização, conforme um dos Coordenadores: “[...] com associativismo também.”. Já o outro coordenador disse que: “Sim, faz parte da metodologia da organização o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo, todo processo tem de ser coletivo e debatido para trabalhar coletivamente”. Viola (1987; 1992) afirma que o ecorrelismo defende o cooperativismo como forma de aproximação e interação entre as OAs e seu público-alvo. O compromisso ecorrealista foi identificado apenas nas entrevistas por meio da presença da organização em diversos conselhos tanto no município de Cáceres-MT quanto no Estado de Mato Grosso indica uma importante característica ecorrealista.

As teorias de base “saber ambiental” e “socioeconômica” são identificadas principalmente pela análise documental, pela organização apresentar um discurso ambiental consolidado. As características da racionalidade ambiental foram registradas nas entrevistas com os coordenadores, o que permite inferir que essa posição tem pouca influência nas ações da organização. Segundo os entrevistados, a organização prima pelos recursos biológicos e culturais e também respeita e incentiva a diversidade política e a cultura dos integrantes e público-alvo.

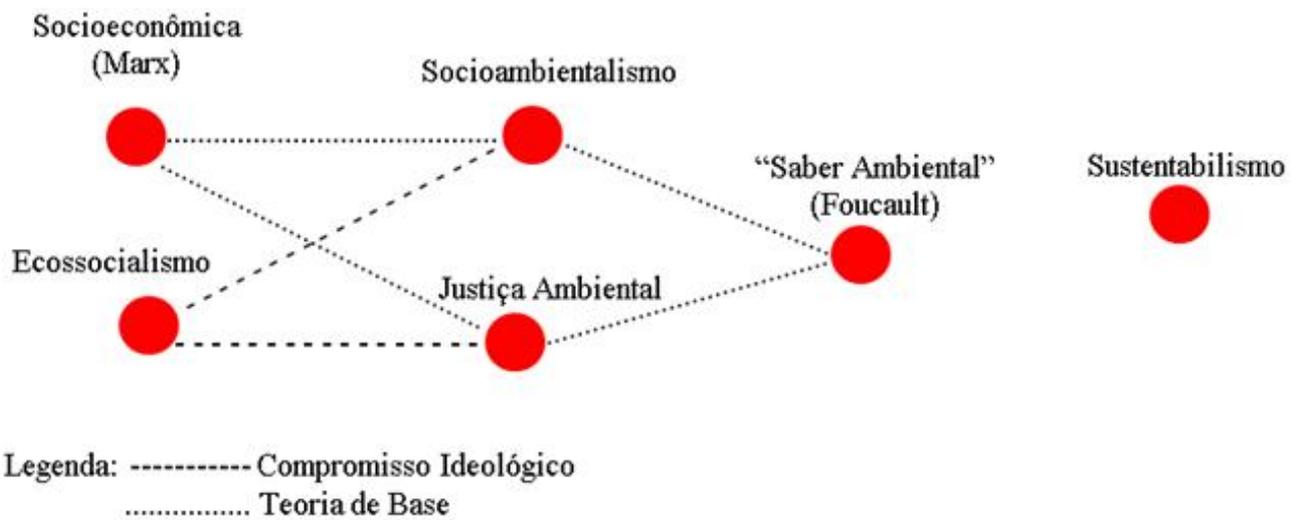


Figura 3 – Exemplo de Ilustração de Resultados: concepções ambientais, compromissos ideológicos e as teorias de base predominantes na organização X.

Fonte: Elaboração Própria.

As concepções socioambientalista e justiça ambiental são influenciadas pelas teorias de base “saber ambiental” e socioeconômica e pelo compromisso ecosocialista. A concepção sustentabilista é identificada devido as características das ações de seus públicos-alvo e uso da agroecologia nos principais projetos de extensões da organização em Mato Grosso, porém, não se relaciona com as teorias de base e o compromisso ecosocialista. A concepção sustentabilista é influenciada nesta organização pelo compromisso ecorrealista identificado apenas nas entrevistas o que não pode ser considerado como compromisso influente no modos de gestão e atuação da organização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir sobre as concepções ambientais e como identificá-las em organizações ambientalistas, mergulhou-se nos estudos de autores que abordam este assunto, cujo resultado apontou para a quase ausência de pesquisas que dialogam sobre este tema. Assim posto, essas discussões devem ser pensadas com maior atenção por parte da academia, pois não são encontrados muitos estudos sob essa perspectiva e, por isso, torna-se necessário ampliar o número de pesquisas nessa direção.

As concepções ambientais tiveram suas origens em vários momentos do movimento ambientalista, refletindo as transformações sociais, econômicas e produtivas, o que deu origem a concepções ambientais distintas, às vezes divergentes, em seus contextos e modos de relação com o meio ambiente. Há também elementos de convergências entre algumas concepções, como por exemplo preservacionista e socioambientalista e “culto ao silvestre” e ecologismo dos pobres. Foi identificado a necessidade de pesquisa que se propõe a entrelaçar as concepções ambientais, compromissos ideológicos e teorias de base nas organizações ambientalistas e seus atores sociais. Os compromissos ideológicos, teorias de base presentes nas organizações ambientalistas e a relação com os atores sociais influenciam a existência das concepções ambientais.

A estrutura apresentada para estudos empíricos sobre concepções ambientais em organizações ambientalistas não tem como premissa ser um produto definitivo, mas servir como uma proposta para a identificação das concepções ambientais e suas relações com as teorias de base e compromissos ideológicos nas organizações ambientalistas. A proposta deve se ajustar aos vários tipos de organizações ambientalistas, dada a variedade de propósitos e formas de atuação deste tipo de organização.

A proposta apresentada está norteada pelos princípios da pesquisa qualitativa, pois permite compreender e interpretar os dados com maior profundidade baseados nas realidades das organizações investigadas, indicando como é desenvolvido o processo de compreensão das concepções ambientais das organizações ambientalistas. Este enfoque foi relacionado às pesquisas com a postura construtivista social. Assim, o uso dessa concepção filosófica se deu porque o pesquisador procura entender os ambientes históricos e culturais dos objetos estudados e, conseqüentemente, de seus participantes. Este tipo de investigação permite explorar diversas estratégias de pesquisas, que enriquecem a análise de dados por meio de sua triangulação, que possibilita o aumento da capacidade de análises dos mais diversos aspectos coletados para a sua validação e confiabilidade dos resultados interpretados.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**. v. 24, n. 68, 2010. p. 103-119. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n68/10>. Acesso em: 15 jan. 2014.

ARRUDA, Mayra Rosa; PELEGRINI, Djalma Ferreira. Elementos do discurso ambientalista na geografia. X encontro de geógrafos da América Latina. **Anais Eletrônicos...** 20 a 26 de março, São Paulo: 2005, p. 1217-1236. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Investigacion/02.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2014.

BERNARDES, Julia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira (Orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 17-42.

BOEIRA, Sergio Luís. Ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil: emergência e declínio na década de 1990? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE - ENANPPAS, 7, 2015, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: ANPPAS, 2015. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ann.2&lng=P>. Acesso em: 16 abr. 2016.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, n. 46, 2013, p. 125-146. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n46/08.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

CARMIN, Joann; BALSER, Deborah B. Selecting repertoires in environment movement organizations: an interpretive approach. **Organization & Environmental**. v. 15, n. 4, 2002. p. 364-388. Disponível em: <http://oae.sagepub.com/content/15/4/365.full.pdf+html>. Acesso em: 15 out. 2013.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Booking/Artimed, 2010.

CUNHA, Luís Henrique; COELHO, Maria Célia Nunes. Política e gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira (Orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 43-79.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto alegre: Artimed/Bookman, 2006.

DIAS, Reinaldo, **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: _____. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza e dos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 1- 46.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERREIRA, Lucia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. **Ambiente e sociedade**. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a04.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto alegre: Artmed, 2009.

GABEIRA, Fernando. A idéia de um partido verde no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto. (Org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: IUPERJ, 1987. p. 163-180.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 6. ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47, 2011. p. 333-363. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2014.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza e dos trópicos**. Tradução Dany Patarra. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 124-148.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os movimentos sociais diante da reorganização em curso. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.183-197.

KISHINAMI, Roberto. Do ativismo à institucionalização. In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (Orgs.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do meio ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p. 69-73.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução Sandra Valenzuela. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Tradução Gloria Maria Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- _____. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008
- LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental:** risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.
- MENEZES, Daniel Santos. **Ambientalismo, conhecimento tradicional e reservas extrativistas na Amazônia legal:** a visão dos técnicos do instituto Chico Mendes. 163 f.. Dissertação de mestrado. UNIR. Porto Velho. 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp062861.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2013.
- _____.; SIENA, Osmar. Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) na Amazônia Legal. **O&S**. Salvador, 17, n. 54, jul-set, 2010. p. 479-498. Disponível em: <http://www.spell.org.br/docu%20mentos/ve%20r/486/a%20mbientalismo-no-instituto-chico-mendes-de-cons--->. Acesso em: 25 jan. 2014.
- PIGNATTI, Marta Gislene. **As ONGs e a política ambiental nos anos 90:** um olhar sobre Mato Grosso. São Paulo: Annablume; Cuiabá:UFMT/ Instituto Saúde Coletiva, 2005.
- PROENÇA, Wander de Lara. O método da observação participante: contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. **Revistas Aulas**. Campinas, n. 4, abr./jul., 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_23.pdf. Acesso em: 29 maio 2016.
- SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos:** proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- SILVA, José Kennedy Lopes; SIENA, Osmar. Perfil da produção científica sobre organizações ambientalistas. **Geas**. n. 3, v. 3, 2014, p. 34-47. Disponível em: <http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/119>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- SILVA, Marina. Histórias da floresta, da vida e do mundo. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade:** um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.199-212.
- SILVERSTEIN, Michael. **A revolução ambiental:** como a economia poderá florescer e a terra sobreviver no maior desafio da virada do século. Tradução Álvaro Sá. Rio de Janeiro: Nórdica, 1993.
- STAKE, Robert E. **A arte da investigação com estudos de caso**. Tradução Ana Maria Chaves. 2. ed. Lisboa: Sage Publications, 2009.
- VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987. p. 63-109.

_____. Heterogeneidade política. **Lua Nova**. v. 3, n.4, 1987. p. 45-49. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/v3n4/a06v3n4.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. 1992. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_02.pdf. Acesso em 23 dez. 2013.

_____; VIEIRA, Paulo F. Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil. **Rev. Adm. Pub.** Rio de Janeiro, v.4, out/dez. 1992, p. 81-104. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8724/pdf_47. Acesso em: 15 dez. 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

ZHOURI, Andrea. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan-jun, 2006. p. 139-169. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a08v1225.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.